



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA O EXERCÍCIO DAS FUNÇÕES DE JUÍZA LEIGA E JUIZ LEIGO

criada em 16/5/2023 (MFM) – atualizada em 29/1/2024 (MFM)



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
ESTADO DE GOIÁS
#EmConstanteEvolução

1	Formulário de cadastro < https://docs.tjgo.jus.br/institucional/departamentos/recursos_humanos/docs/2023/33_FORMULARIO_CADASTRO.pdf >
---	---

DOCUMENTOS

(Fotocópias legíveis e autenticadas ou conferidas com os originais pela servidora ou pelo servidor responsável pela recepção dos documentos listados abaixo, conforme prevê o art. 22, § 3º, da Lei nº 13.800/2001^{estadual}. Porém, tratando-se de documentos expedidos em formato digital, deverão ser apresentadas fotocópias legíveis contendo o respectivo código verificador, a fim de viabilizar a verificação da autenticidade.)

2	Carteira de Identidade Civil (RG) – visa comprovar que a(o) interessada(o) é brasileira(o) nata(o) ou naturalizada(o) e maior de dezoito anos (art. 8º, I, da Resolução TJGO nº 43/2015)
3	CPF
4	Título de eleitor
5	Comprovante do estado civil: a) Sendo solteira(o): certidão de nascimento; b) Sendo casada(o): certidão de casamento; c) Sendo separada(o): certidão de casamento com averbação da separação; d) Sendo divorciada(o): certidão de casamento com averbação do divórcio; e) Sendo viúva(o): certidão de casamento com anotação de óbito.
6	Comprovante atualizado de endereço <u>em nome próprio</u> ou declaração para fazer prova de residência, firmada nos termos do art. 1º da Lei nº 7.115/1983 ^{federal}
7	Diploma de graduação em Direito fornecido por instituição de ensino credenciada pelo MEC, contendo a informação de que o curso oferecido foi reconhecido pelo MEC
8	Resultado da Consulta Qualificação Cadastral < http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages/index.xhtml >
9	Certificado de reservista ou certificado de dispensa de incorporação (sexo masculino)
10	1 fotografia 3 x 4 cm (tirada com boa luz e, de preferência, com fundo branco, colorida e recente)
11	Certidão de quitação eleitoral < https://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral >
12	Termo de compromisso dos Juízes Leigos (pagamento da remuneração) < https://docs.tjgo.jus.br/institucional/departamentos/recursos_humanos/docs/2022/27_TERMOS_DE_RESPONSABILIDADE_JUIZES_LEIGOS.pdf >
13	Certidão de regularidade da inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)



14	<p>Comprovação de experiência jurídica</p> <p>Observação: comprovação de “pelo menos 2 (dois) anos de exercício da advocacia, podendo ser computado: a) o período de estágio de advocacia, em estabelecimentos oficiais ou reconhecidos e os realizados nos Escritórios Modelos das Faculdades de Direito; b) o tempo de curso de pós-graduação preparatório à carreira da magistratura desenvolvido pelas Escolas Judiciais, desde que integralmente concluído; c) a conclusão, com frequência e aproveitamento, de curso de pós-graduação na área jurídica.” (art. 8º, VII, da Resolução TJGO nº 43/2015)</p>
----	--

DECLARAÇÕES

15	<p>Declaração sobre a existência ou não de impedimentos - Juíza Leiga e Juiz Leigo <https://docs.tjgo.jus.br/institucional/departamentos/recursos_humanos/docs/2022/10_DECLARACAO_DE_INCOMPATIBILIDADE_COM_A_ADVOCACIA-JUIZ_LEIGO.pdf></p>
16	<p>Declaração de conta bancária (art. 23 da Resolução TJGO nº 43/2015) <https://docs.tjgo.jus.br/institucional/departamentos/recursos_humanos/docs/2022/8-DECLARACAO_CONTA_BANCARIA.pdf></p>
17	<p>Declaração sobre o exercício anterior de atividades no Poder Judiciário <https://docs.tjgo.jus.br/institucional/departamentos/recursos_humanos/docs/2022/12-DECLARACAO_SOBRE_EXERCICIO_ANTERIOR_ATIVIDADES_PODER_JUDICIARIO.pdf></p>
18	<p>Última Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física entregue à Receita Federal, <u>com o comprovante de entrega, mas sem o número do recibo</u> (art. 13, <i>caput</i>, da Lei nº 8.429/1992^{federal}, aplicável por analogia ao desempenho das funções de Juíza Leiga e Juiz Leigo)</p> <p>Observação: caso esteja dispensada(o) de entregá-la ao referido órgão, de acordo com as respectivas Instruções Normativas (IN), deverá apresentar a declaração mencionada no item seguinte</p>
19	<p>Declaração de dispensa de apresentação da declaração de ajuste anual do imposto sobre a renda da pessoa física perante a Receita Federal (ver o item anterior) <https://docs.tjgo.jus.br/institucional/departamentos/recursos_humanos/docs/2022/2-DECLARACAO_DISPENSA_APRESENTACAO_DECLARACAO_AJUSTE_ANUAL_IMPOSTO_SOBRE_RENDA_PESSOA_FISICA_PERANTE_RECEITA_FEDERAL.pdf></p>
20	<p>Declaração da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) informando que a(o) interessada(o) não sofreu penalidade nem praticou ato desabonador no exercício da advocacia (art. 8º, V, da Resolução TJGO nº 43/2015)</p> <p>Observação: de acordo com o parágrafo único, do art. 8º, da Resolução TJGO nº 43/2015, “Positivada a existência de penalidade ou distribuição, relativa aos incisos IV e V do <i>caput</i> deste artigo, cabe ao interessado oferecer esclarecimentos e provas da natureza não prejudicial dos fatos apurados.”.</p>



CERTIDÕES NEGATIVAS

Observação: de acordo com o parágrafo único, do art. 8º, da Resolução TJGO nº 43/2015, “Positivada a existência de penalidade ou distribuição, relativa aos incisos IV e V do *caput* deste artigo, cabe ao interessado oferecer esclarecimentos e provas da natureza não prejudicial dos fatos apurados.”.

21	Certidão de antecedentes criminais expedida pela Polícia Federal - art. 8º, IV, da Resolução TJGO nº 43/2015 < https://antecedentes.dpf.gov.br/antecedentes-criminais/certidao >
22	Atestado de antecedentes criminais expedido pela Polícia Civil do Estado ou do Distrito Federal com atribuições sobre o domicílio da(o) interessada(o) – art. 8º, IV, da Resolução TJGO nº 43/2015 Observação: sendo domiciliada(o) no Estado de Goiás, acesse: < https://iivirtual.ssp.go.gov.br/#/ac >
23	Certidão negativa CRIMINAL do 1º grau da Justiça Federal - art. 8º, IV, da Resolução TJGO nº 43/2015 (TRF com jurisdição sobre o domicílio da(o) interessada(o) - Seção Judiciária) < https://www.cjf.jus.br/cjf/certidao-negativa >
24	Certidão negativa CRIMINAL do 2º grau da Justiça Federal - art. 8º, IV, da Resolução TJGO nº 43/2015 (TRF com jurisdição sobre o domicílio da(o) interessada(o)) < https://www.cjf.jus.br/cjf/certidao-negativa >
25	Certidão negativa de crimes eleitorais (TSE) - art. 8º, IV, da Resolução TJGO nº 43/2015 < https://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-crimes-eleitorais >
26	Certidão negativa CRIMINAL do 1º grau da Justiça Estadual ou Distrital - art. 8º, IV, da Resolução TJGO nº 43/2015 (Tribunal de Justiça com jurisdição sobre o domicílio da(o) interessada(o)) Observação: sendo domiciliada(o) no Estado de Goiás, acesse: < https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoNegativaPositivaPublica?PaginaAtual=1&TipoArea=2&InteressePessoal=S >
27	Certidão negativa CRIMINAL do 2º grau da Justiça Estadual ou Distrital - art. 8º, IV, da Resolução TJGO nº 43/2015 (Tribunal de Justiça com jurisdição sobre o domicílio da(o) interessada(o)) Observação: sendo domiciliada(o) no Estado de Goiás, acesse: < https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoSegundoGrauNegativaPositivaPublica?PaginaAtual=1 > (escolha a opção “Criminal”)
28	Certidão negativa da Justiça Militar da União - art. 8º, IV, da Resolução TJGO nº 43/2015 < https://www.stm.jus.br/servicos-stm/certidao-negativa/emitir-certidao-negativa >

29	<p>Certidão negativa do 1º grau da Justiça Militar Estadual ou Distrital no âmbito do domicílio da(o) interessada(o) - art. 8º, IV, da Resolução TJGO nº 43/2015</p> <p>Observações: 1ª) a ser emitida pelo Tribunal Militar com jurisdição sobre o domicílio da(o) interessada(o), se houver na localidade, ou pelo respectivo Tribunal de Justiça; 2ª) sendo domiciliada(o) no Estado de Goiás, registra-se que as certidões negativas criminais do 1º grau emitidas pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás incluem os processos criminais em tramitação na Auditoria Militar e nos Juizados Especiais Criminais.</p>
30	<p>Certidão negativa do 2º grau da Justiça Militar Estadual ou Distrital no âmbito do domicílio da(o) interessada(o) - art. 8º, IV, da Resolução TJGO nº 43/2015</p> <p>Observações: 1ª) a ser emitida pelo Tribunal Militar com jurisdição sobre o domicílio da(o) interessada(o), se houver na localidade, ou pelo respectivo Tribunal de Justiça; 2ª) sendo domiciliada(o) no Estado de Goiás, registra-se que as certidões negativas criminais do 2º grau emitidas pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás incluem os processos da Justiça Militar Estadual de competência do 2º grau de jurisdição.</p>

Para obter qualquer esclarecimento e/ou orientação, favor entrar em contato com a Divisão de Alocação e Atendimento ao Servidor (DAAS), por meio dos seguintes canais de atendimento:

* Telefones: (62) 3216-2999 e 3216-2952 (WhatsApp);

* E-mail <drhatendimento.daas@tjgo.jus.br>.